


PONTO DE VISTA E POSTURAS ENUNCIATIVAS EM REDAÇÕES DO ENEM

Ananias Agostinho da Silva*

 <https://orcid.org/0000-0001-5442-5133>

Como citar este artigo: SILVA, A. A. da. Ponto de vista e posturas enunciativas em redações do Enem. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 1-18, maio/ago. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5935/1980-6914/eLETDO16946>.

Submissão: 4 de abril de 2024. **Aceite:** 23 de maio de 2024.

Resumo: Este artigo analisa que posturas enunciativas são acionadas pelo participante do Enem na hierarquização dos pontos de vista mobilizados no texto da redação avaliada com nota mil e em que medida elas se relacionam com constrangimentos do gênero do discurso. Para tanto, respalda-se no aparato teórico da linguística textual hoje praticada no Brasil (Cavalcante, 2012, 2016; Cavalcante *et al.*, 2020, 2022) em interface com a perspectiva enunciativa e interacionista do ponto de vista de Rabatel (2015, 2016a, 2016b, 2021). Os resultados apontam que os pontos de vista são hierarquizados a partir de distintas posturas e que, em certos pontos do texto, não é possível contornar o primado das obrigatoriedades genéricas.

Palavras-chave: Ponto de vista. Posturas enunciativas. Gêneros do discurso. Texto. Redação do Enem.

* Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa), Mossoró, RN, Brasil. E-mail: ananias.silva@ufersa.edu.br

INTRODUÇÃO

■ **E**ste artigo trata das noções de *ponto de vista e posturas enunciativas* em redação de participante do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), da edição 2022, avaliada com nota mil. Importa observar como o participante, na condição de locutor-enunciador primeiro (L1/E1), gerencia os pontos de vista mobilizados no texto, engajando-se neles ou não. O texto da redação do Enem organiza-se a partir de uma visada argumentativa, isto é, o participante seleciona várias estratégias de textualização para validar a tese defendida e firmar um posicionamento sobre um tema da atualidade de ordem social, científica, cultural ou política, de forma suficientemente satisfatória para simular¹ a persuasão do interlocutor – avaliadores do texto. A seleção dessas estratégias ocorre em conformidade com o projeto de dizer do locutor, definido a partir da influência argumentativa que busca produzir no interlocutor (Cavalcante *et al.*, 2020).

Entre as estratégias de textualização cruciais para a condução argumentativa do texto, sobressai a maneira como o locutor gerencia a inscrição de seu ponto de vista e o diálogo que estabelece com pontos de vista alheios recuperados na tessitura textual. Com efeito, conforme advertem Custódio-Filho e Cavalcante (2023), o ponto de vista é um elemento fundamental para a percepção da trama argumentativa dos textos. Não é, pois, sem razão que uma das competências avaliadas na redação do Enem refere-se à forma como o participante seleciona, relaciona, organiza e interpreta argumentos em defesa de um ponto de vista². Nesse quadro, parece imperativo observar, em casos bem-sucedidos, redações avaliadas com nota mil, o trabalho de gestão de pontos de vista, ou seja, como os locutores inscrevem nos textos os pontos de vista, aproximando-se e/ou distanciando-se deles, para estabelecer a articulação necessária para os sentidos que pretende produzir e alcançar o interlocutor.

Nessa direção, o presente artigo analisa a construção do ponto de vista em uma redação do Enem avaliada com nota mil, na tentativa de contestar as seguintes questões:

- 1) Que pontos de vista (e instâncias enunciativas) são identificados no texto da redação?
- 2) Como o L1/E1 hierarquiza esses pontos de vista para orientar argumentativamente o texto levando em conta o seu projeto persuasivo, isto é, que posturas enunciativas são percebidas na gestão dos pontos de vista pelo L1/E1?
- 3) Em que medida essas posturas se relacionam com constrangimentos do gênero, quer dizer, a escolha por uma postura enunciativa atende a uma estratégia do projeto persuasivo do L1/E1 ou é condicionada pelo gênero do discurso?

A grande valia de buscar encontrar respostas a essas perguntas consiste em desencadear reflexões importantes acerca do trabalho de gestão de pontos de

1 Trata-se de uma simulação porque a ação visada não é necessariamente persuadir o avaliador, já que se defronta com uma situação de avaliação, na qual reconhece que precisa demonstrar que consegue defender um posicionamento a respeito do tema tratado no texto de maneira suficientemente consistente.

2 Convém esclarecer que o emprego da expressão “ponto de vista” pelo Inep corresponde ao mesmo sentido atribuído à tese, diferindo, nesse sentido, da maneira como a empregamos aqui a partir de uma abordagem rabateliana.

vista na redação do Enem, cujas contribuições poderão potencializar o ensino de escrita na educação básica.

Para dar conta desse objetivo, este trabalho respalda-se no aparato da linguística textual hoje praticada no Brasil (Cavalcante, 2012; Cavalcante *et al.*, 2020, 2022), que, dada sua tradição interdisciplinar (Adam, 2011; Marcuschi, 2012), tem estabelecido diálogo com abordagens enunciativas, pragmáticas e discursivas dos estudos da linguagem. Nomeadamente, em função do objeto de análise, é estabelecida aqui uma interface com a abordagem de Rabatel (2015, 2016a, 2016b, 2021), que ultrapassa um enfoque puramente narratológico do ponto de vista para ceder lugar a uma perspectiva enunciativa e interacionista. Nesse escopo, o texto empírico é tomado como objeto de análise (um exemplar de texto bem-sucedido do gênero redação do Enem) para focalizar seu nível enunciativo (gestão e hierarquização dos pontos de vista pelo L1/E1) em uma dimensão interativo-discursiva (o contexto de avaliação, o Enem).

Em sintonia com esse enquadramento, o artigo encontra-se estruturado em seis partes principais. A primeira corresponde a esta introdução. Na segunda, apresenta-se o quadro teórico adotado para respaldar a discussão sobre as noções de ponto de vista e de posturas enunciativas. Na sequência, a terceira seção, também de feição teórica, trata da relação entre ponto de vista e argumentação a partir de uma perspectiva textual. A quarta seção particulariza a configuração do gênero do discurso redação do Enem, focalizando aspectos estilísticos, composicionais e temáticos. Imediatamente depois, na quinta seção, desenvolvem-se as análises dos dados, considerando as questões colocadas e os pressupostos teóricos adotados, e se sobressaltam os resultados obtidos. Na última seção, apresentam-se as considerações finais do trabalho.

PONTO DE VISTA, POSTURAS ENUNCIATIVAS E GÊNEROS DO DISCURSO

A noção de ponto de vista foi bastante desenvolvida nos trabalhos do francês Alain Rabatel. No quadro amplo de uma análise do discurso, esse linguista propôs uma abordagem centrada no sujeito focalizador e no objeto do conhecimento focalizado, na qual o ponto de vista pode ser definido “pelos meios linguísticos pelos quais um sujeito considera um objeto, em todos os sentidos do termo considerar” (Rabatel, 2016a, p. 30). Sendo assim, o ponto de vista tem a ver com a maneira como um locutor/enunciador percebe um objeto e expressa, pelas vias da língua, a sua representação a respeito dele. A expressão de um ponto de vista pode ser feita por definições semânticas diretas, mas pode decorrer também da própria organização do conteúdo proposicional. O objeto de percepção pode ser concreto, abstrato ou corresponder a uma personagem, uma situação, um conceito ou um acontecimento, porque sempre se trata de um objeto de discurso.

Em todo caso, de acordo com Rabatel (2016a), a percepção sempre é dotada de uma dimensão epistêmica importante, já que a escolha das denominações e do próprio processo de percepção indica sempre um ponto de vista e um saber sobre o objeto de discurso percebido. Com efeito, quando um enunciado predica informações relativas a um objeto, não se trata somente de mera descrição denotativa, reflete também a maneira como esse objeto é percebido e representado pelo enunciador que o produz, assinalando, assim, um ponto de vista (Rabatel, 2017, 2021). É que a linguagem não é transparente; ela recorta e reconstrói o mundo sempre a partir de certos pontos de vista, considerando a pertença do

sujeito a uma cultura, sociedade, ideologia, história, assim como os constrangimentos do gênero em que se realiza, as intenções do locutor etc., de maneira que a construção de um ponto de vista envolve sempre representação (Cortez, 2011).

Trata-se, como se pode ver, de uma abordagem enunciativa e interacionista do ponto de vista que coloca em evidência uma noção de sujeito (Rabatel, 2016a, 2021), percebido não mais como apenas uma voz (o narrador), sem história, que controla as outras vozes (dos personagens) presentes no texto, conforme pode decorrer de uma perspectiva estruturalista da narrativa (o narrador como voz superior às demais vozes presentes na narrativa e responsável pelo controle de todas elas), mas sim como um sujeito histórico que, enquanto tal, é construído no discurso e pelo discurso, que, mesmo sendo, na narração, o centro de perspectiva que guia a interpretação e a referência, faz isso sem assumir absolutamente o controle da narração, de modo que outras perspectivas entram em cena e com ele dialogam, ou entre si, de diferentes modos. No texto, várias enunciações enunciativas podem ser estabelecidas, por vezes controladas pelo narrador, o L1/E1, por vezes escapando à sua vontade.

O narrador, enquanto sujeito, compreende um centro de perspectiva, fonte de um ponto de vista, porque, na função de locutor-enunciador, encena, no texto, o(s) seu(s) ponto(s) de vista, mas também encena outros centros de perspectivas, isto é, ele dá voz (conscientemente ou não) a outras instâncias enunciativas, outros pontos de vista, com os quais pode concordar, discordar, se engajar ou manter-se relativamente neutro em relação a eles etc. Rabatel (2016a, p. 48) procura explicar essa dinâmica da seguinte maneira:

[...] devido à sua posição de locutor primário, cada vez que revela o PDV [ponto de vista] de um personagem (locutor/enunciador segundo), ele o representa de uma forma que exprime, mais ou menos claramente, a existência do PDV do narrador sobre o PDV do seu personagem.

Logo, o L1/E1 pode expressar seu ponto de vista diretamente no texto, mas, indiretamente, pode também inserir seu ponto de vista no de outro enunciador, em um discurso representado, o que torna altamente complexo esse jogo de pontos de vista.

Aqui, antes de problematizar sobre a questão, é necessário realizar a distinção entre as instâncias locutor e enunciador. Na verdade, segundo postula Rabatel (2010), a disjunção que faz entre essas instâncias leva em conta as possibilidades de o locutor se apresentar como enunciador, para focalizar os objetos de discurso, posicionar os fatos, as palavras, os discursos, as noções, as situações, os eventos, os fenômenos deste ou daquele ponto de vista, em relação a si ou em relação ao ponto de vista de outrem. Seguindo uma abordagem ducrotiana, locutor e enunciador são vistos como instâncias distintas e apesar de estarem imbricadas, como em uma simbiose. O locutor é a instância³ física que “profere um enunciado, em suas dimensões fonéticas e fáticas ou estruturais” (Rabatel, 2004, p. 6), ou seja, a instância que produz materialmente os enunciados, fala, escreve, enfim, produz as semioses. De sua vez, o enunciador é a instância “da assunção da responsabilização pelos conteúdos das proposições” (Rabatel, 2015, p. 126), isto é, que se posiciona em relação aos objetos do discurso aos quais ele se refere tomando a responsabilidade para si.

3 O termo instância é também tributário de Oswald Ducrot, usado para fazer deferência às diferentes fontes que interagem na realização dos enunciados.

Em resumo, o locutor corresponde ao aparelho físico que semiotiza a enunciação e o enunciador à instância que está na origem do enunciado semiotizado, que por ele se responsabiliza. Mas há uma imbricação entre eles: “o conceito de enunciador corresponde a uma posição (enunciativa) que adota o locutor, em seu discurso, visando aos conceitos, aos fatos, sob tal ou tal ponto de vista por sua responsabilidade ou por responsabilidade de outrem” (Rabatel, 2010, p. 5). Por isso, não se pode pensar em um locutor que não se constitua, ao mesmo tempo, como sendo um enunciador, assumindo e se posicionando em relação ao conteúdo proposicional de um ponto de vista. Eles se sobrepõem. Com efeito, se se pode dizer que todo locutor é também um enunciador, caso de sincretismo, nem todo enunciador é também um locutor (Rabatel, 2004), porque é possível assumir sem dizer, ou seja, um enunciador pode assumir um ponto de vista, ainda que não fale – sem discurso, já que sua voz é dita por outrem. Nesse caso, o L1/E1 atribui, imputa o ponto de vista a um enunciador segundo (e2).

De fato, em se tratando de texto monogerido⁴, o L1/E1 pode convocar outros locutores (I2, I3 etc.) e outros enunciadores (e2, e3 etc.) ou dar lugar a eles. No segundo caso, a noção de percepção é crucial, porque a dimensão epistêmica não é necessariamente de I2, mas são as percepções representadas pelo L1/E1 que exprimem o ponto de vista de um e2, que pode se apresentar como sua fonte enunciativa, embora não exprima, de forma direta, seu ponto de vista (Rabatel, 2016b). Portanto, no complexo jogo de pontos de vista, o L1/E1 pode: 1. proferir e assumir por conta própria o conteúdo proposicional de um ponto de vista que julga verdadeiro; 2. pode dar voz a um locutor e atribuir-lhe o ponto de vista do conteúdo proposicional (I2/e2); ou 3. pode, ainda, ele mesmo dizer, mas imputar tal conteúdo a um e2 – nesse caso, o L1/E1 pode se engajar (concordando, discordando) ou manter-se relativamente neutro em relação ao ponto de vista imputado.

A complexidade que recobre as relações dissimétricas estabelecidas entre locutor e enunciador na construção dos pontos de vista em um texto, considerando, inclusive, os dispositivos de responsabilidade enunciativa⁵ e de imputação, motivou Rabatel (2015, 2016a, 2016b, 2021) a postular uma hierarquização dos pontos de vista, analisada pelo autor em termos de *posturas enunciativas*. Essa noção resulta, de modo geral, da maneira como o L1/E1 se posiciona no texto em relação aos enunciadores intradiscursivos e interlocutores com os quais dialoga. Nessa hierarquização, presente, sobretudo, em textos monogeridos, os enunciadores não se equivalem em grau de importância: o L1/E1 aparece como enunciador principal⁶, porque é através dele que os fatos, as informações (conteúdo proposicional) e os próprios enunciadores são selecionados e organizados no texto (Rabatel, 2005), e os demais enunciadores (e2, e3 etc.) são classificados conforme a disposição que aparecem na planificação textual.

4 Em textos poligeridos, como na conversação cotidiana, a gestão dos pontos de vista é ainda mais complexa, já que vários locutores/enunciadores podem administrar a inscrição de pontos de vista e de outros locutores/enunciadores.

5 Para Adam (2011), a responsabilidade enunciativa é o dispositivo que permite aferir o grau de engajamento de um locutor-enunciador em dado ato de enunciação. É o que possibilita observar se um locutor-enunciador assume a responsabilidade sobre o que foi dito em um dado enunciado ou se prefere manter um distanciamento e atribuir a responsabilidade do enunciado a outras instâncias enunciativas.

6 Todavia, não se trata, aqui, de “alimentar o fantasma de um eu todo poderoso” (Rabatel, 2013, p. 41), como se se desse ao L1/E1 o estatuto de um diretor, que, na metáfora do teatro, distribui e regula a palavra entre os diferentes personagens. Para Rabatel (2013, p. 42), L1/E1 se define como principal porque constitui como que um ponto de ancoragem em relação aos demais enunciadores do texto, sendo resultado da simbiose entre locutor e enunciador: “ele que corresponde ao PDV do locutor enquanto tal e do locutor ser no mundo e, além dele, ao sujeito falante”.

As posturas enunciativas devem ser analisadas a partir de três relações:

- 1) *Coenunção*, que é a coprodução de um ponto de vista partilhado por L1/E1 e e2 – a construção interacional de um ponto de vista comum a esses dois enunciadores, que se engajam em acordo.
- 2) *Subenunção*, que se refere à coprodução desigual de um ponto de vista dominado pelo e2, do qual L1/E1, subenunciador, retoma, porém com precaução, geralmente assinalando distância para marcar que esse ponto de vista é de outrem e não seu.
- 3) *Sobre-enunção*, que diz respeito à coprodução desigual de um ponto de vista no qual sobressai a perspectiva de L1/E1, que reformula o ponto de vista, parecendo dizer a mesma coisa, contudo modificando a seu favor o domínio de pertinência do conteúdo ou de sua orientação argumentativa (Rabatel, 2015, 2021).

Como se percebe, a subenunção e a sobre-enunção distinguem-se claramente da coenunção, porque somente nessa última há um consenso decorrente do acordo entre os enunciadores⁷. De resto, “a diferença entre supreenunção e subenunção é às vezes complexa” (Rabatel, 2016b, p. 198). Em um texto poligerido, como a conversa cotidiana, no diálogo polêmico entre dois locutores/enunciadores, se um deles estiver em posição de sobre-enunção, o outro, inevitavelmente, estará em subenunção, o que decorre do total dissenso entre eles. Mas, no geral, essa distinção não é assim tão facilmente marcada, principalmente em textos monogeridos. Nesses casos, “o critério decisivo aqui é o de instância dominante” (Rabatel, 2016b, p. 198), quer dizer, haverá sobre-enunção quando o L1/E1 emitir um ponto de vista dominante⁸ em relação ao e2; haverá subenunção quando o ponto de vista dominante é o de e2 e L1/E1 apenas desenvolve esse ponto de vista, mantendo algum distanciamento dele.

A escolha de uma dessas posturas é demais significativa à dimensão enunciativa do texto, porque sinaliza não só o intrincamento dos conteúdos proposicionais nos planos representacional e argumentativo, como também o jogo interacional de posicionamentos dos sujeitos envolvidos, isto é, as várias vezes que povoam o texto e os tipos de relações que se estabelecem entre elas e os seus enunciadores. A esse respeito, uma questão que exige atenção é se o emprego de uma postura no texto decorre, de fato, de uma escolha estratégica do locutor ou se é imposta por constrangimentos do contexto mais amplo, da situação de interação, da língua, do gênero do discurso etc. Rabatel (2015) reconhece que há um elo entre gênero e postura enunciativa, mas ele não é automático, isto é, a acomodação de um texto em dado gênero não implica necessariamente a adoção de uma postura ou outra pelo enunciador. Explica o autor:

7 Ainda que a sobre-enunção aparente um acordo, é uma “concordância discordante” (Rabatel, 2016b, p. 203), no sentido de que corresponde a uma coconstrução desigual do ponto de vista dominante, que ganha nova significação, em dependência das intenções de L1/E1. A subenunção também parece desembocar para o dissenso, especialmente quando L1/E1 assinala distância em relação ao ponto de vista dominado.

8 O ponto de vista dominante é definido não necessariamente em função de qual enunciador fala mais, até porque um tipo de postura não se define pela quantidade de falas proferidas por cada locutor/enunciador (Rabatel, 2016a, 2016b). Interpreta-se um ponto de vista dominante considerando a relação entre os enunciadores e a maneira como os pontos de vista são representados, de modo a impor sua referência como tópico discursivo principal da interação (Cortez, 2011).

[...] o gênero obriga um tom, temas, um registro, também um estilo, porém, apesar do primado das obrigatoriedades genéricas, é sempre lícito deixar agir a primazia das estratégias dos enunciadores, porque as posturas são uma das maneiras de posicionar-se em determinado campo (Rabatel, 2015, p. 125).

A tese defendida é de que há uma liberdade relativa de L1/E1. Mesmo que constrangido pelo quadro genérico, pelo conjunto de forças centrípetas e centrífugas do gênero que impõem aos textos certas obrigatoriedades, sempre é possível contorná-las, especialmente quando a subversão decorre da visada argumentativa pretendida para o texto. Nesse sentido, ainda que certos gêneros sejam mais prototipicamente marcados pelo emprego de dada postura enunciativa, a escolha que se faz dela e, sobretudo, a mudança para outra, já que um texto não se constrói necessariamente pela expressão de uma única, dependem dos objetivos enunciativo-argumentativos que visam aos locutores-enunciadores (Rabatel, 2015). Não se trata, claro, de se fazer a abstração do gênero, especialmente em situações em que há uma maior coerção imposta por essa variável, como na escrita da redação do Enem, mas levar em conta que a expressão do projeto persuasivo do locutor-enunciador se dá também pelas vias da enunciação.

ARGUMENTAÇÃO E PONTO DE VISTA

Ao elaborar um quadro teórico no qual pleiteia “ultrapassar uma narratologia de essência estruturalista [...]” (Rabatel, 2016a, p. 15) para pensar a noção de ponto de vista em uma confluência de abordagens no panorama mais amplo da análise do discurso, Rabatel (2016a) dá realce aos efeitos argumentativos indiretos da argumentação, ainda que tomando como objeto de análise textos narrativos. O autor nota que há, nas narrativas, um “valor argumentativo indireto que decorre da construção dos efeitos de pontos de vista” (Rabatel, 2016a, p. 45). Essa noção de argumentação indireta pode ser talvez traduzida por aquilo que Amossy (2018) denomina dimensão argumentativa. Para a autora, as interações devem ser avaliadas em um *continuum* de argumentatividade, que inclui os discursos⁹ que empregam um modo persuasivo de argumentar (argumentação direta), aqueles que apenas contêm a expressividade de um modo particular de ver as coisas, chamados de discursos de dimensão argumentativa.

Nesse sentido, Rabatel (2016a, p. 59) emprega o termo para referir-se às ocorrências cujas bases da argumentação são inferenciais, que se baseiam não necessariamente em raciocínios lógicos, mas sim em representações dóxicas, no conjunto de valores sociais e individuais “que emergem no dito e no dizer das percepções [pontos de vista], e dão-lhes a sua dimensão argumentativa”. Essa concepção parece encontrar eco na gênese do dialogismo (Bakhtin, 2003), especialmente quando o autor considera que

[...] todo indivíduo, na sua singularidade de sua construção social, só existe pelo outro e graças à coletividade à qual pertence, pelos múltiplos pertencimentos que o ajudam a construir sua personalidade, seus valores, suas representações (Rabatel, 2016a, p. 26).

⁹ Ajustamos, com base em Cavalcante et al. (2020), essa noção para o nível textual e dizemos que os textos podem ser de visada argumentativa (os textos tradicionalmente classificados como argumentativos, o que inclui a redação do Enem) ou de dimensão argumentativa (todos os textos em geral).

E é em função dessa relação com o outro (princípio de alteridade) que o locutor elabora o seu projeto de dizer, configurado a partir da (do princípio da) influência que pretende gerar no seu interlocutor (Charaudeau, 2012).

Logo, a tentativa de influência do locutor não é percebida somente quando ele explicita uma tese e a defende a partir do emprego de recursos retóricos persuasivos, mas também a partir do conjunto de estratégias de textualização que ele seleciona em conformidade com o seu projeto de dizer. Com efeito, o modo como inscreve seu ponto de vista e como gerencia os pontos de vista alheios convocados no texto é sintomático de um projeto de sentido sempre prenhe de efeitos persuasivos. É, portanto, essa perspectiva que parece ter, em alguma medida, orientado Rabatel (2004, 2015, 2016a, 2016b, 2021) na alegação de que há uma argumentatividade indireta presente nas narrativas, “que se constrói por intermédio do dialogismo dos pontos de vista” (Rabatel, 2016a, p. 37). Por isso, o ponto de vista pode ser explicitado por meio de asserções semânticas (é geralmente o que ocorre em textos de visada argumentativa), mas também pode ser percebido pela maneira como o texto é configurado, isto é, nas estratégias de textualização acionadas pelo locutor.

Mesmo que a atenção de Rabatel (2004, 2016a, 2021) recaia, especialmente, sobre os textos narrativos, o autor ressalta que a problemática do ponto de vista é transversal, no sentido de que se coloca como fundamental para a interpretação de todos os tipos de texto e de gêneros do discurso: “o ponto de vista não se limita ao vasto universo das narrativas, encontra-se em toda parte, nos textos informativos, nos textos argumentativos etc.” (Rabatel, 2016a, p. 49). Ainda que, na análise de textos narrativos, a noção de ponto de vista desempenhe “um papel insubstituível, não significa que não possa ser vista como contribuição para outros contextos e outros textos” (Rabatel, 2016a, p. 53). Nesse ponto, advogamos que também possa ser necessariamente útil para a análise de textos que empregam o modo reconhecidamente persuasivo de argumentar, isto é, textos de visada argumentativa, como a redação do Enem. Esse aspecto foi advertido pelo próprio linguista, ao dizer que esse “procedimento compreensivo não poderia prejudicar quem quiser entrar na lógica da argumentação” (Rabatel, 2016a, p. 53).

No contexto de análise de textos prototipicamente argumentativos, organizados em torno de sequências argumentativas (Adam, 2011) com o propósito claro de convencer e de persuadir, além de considerar o ponto de vista que subjaz à tese deliberadamente defendida por L1/E1, é necessário considerar todo o agenciamento de recursos semióticos empregados com a finalidade de provocar efeito persuasivo. Isso implica levar em conta todo o jogo de pontos de vista agenciados por L1/E1 para reforçar dada visão das coisas (Cavalcante *et al.*, 2020). É que, mesmo se tratando de textos monogeridos, o locutor não enuncia sozinho; há, sempre, de maneira explícita ou velada, outros enunciadores com os quais L1/E1 dialoga para construir o seu ponto de vista (Cavalcante *et al.*, 2022). Portanto, reconhecer a “maneira pela qual L1/E1 gerencia esses outros pontos de vista no texto é fundamental para analisar a argumentatividade” (Cavalcante *et al.*, 2022, p. 48), inclusive em textos de visada argumentativa.

Pensar a argumentação dessa forma implica assumir que a construção dos sentidos do texto resulta sempre de uma negociação entre os participantes da interação que o gera, que decidem sobre quais sentidos pretendem e como expressá-los por diferentes sistemas semióticos, em consonância com as condições em que se deparam (Cavalcante *et al.*, 2020, 2022). Esse aspecto é também assinado pelo próprio Rabatel (2016a, p. 20) ao conceber a enunciação como

[...] um processo interacional de ajustes sucessivos por intermédio dos quais o locutor/enunciador [...] coonstrói um dizer que se analisa como tantas frases de apropriação dos objetivos de discurso, via sucessão dos PDV, pelos quais esses mesmos objetos são considerados.

Se o ponto de vista, em sentido lato, diz respeito ao modo como um sujeito percebe o objeto, essa percepção resulta sempre de um processo de negociação, efetivado no texto, entre locutor e interlocutor, em um constante diálogo. Com efeito, os pontos de vista alteram-se, remodelam-se, conforme vão sendo efetivadas as negociações.

Subjacente a essa concepção encontra-se, também, uma definição de sujeito que, se, de um lado, afasta-se do sujeito idealmente todo-poderoso, autônomo e desencarnado da língua, tal como se vê no estruturalismo, de outro, distancia-se também de um sujeito sem controle algum sobre o discurso, como se pensa na análise do discurso francesa. Para Rabatel (2016a), ambas são imagens errôneas, que não se acomodam ao quadro teórico apresentado. Tal qual Amossy (2018), o autor parece pensar em um sujeito que é livre e coagido ao mesmo tempo. Na abordagem da autora, o sujeito é responsável pelo projeto persuasivo que elabora, mas o faz segundo constrangimentos de fatores de ordem social, que determinam a forma genérica e o lugar-comum de onde fala (os argumentos que pode ou não selecionar). Como explicam Cavalcante *et al.* (2020), o sujeito é involuntariamente determinado pelo interdiscurso no qual está imerso, mas é também estrategista, já que ele opera escolhas para cumprir seu projeto de dizer. Essas, no dizer de Rabatel (2016a, p. 59), são

[...] sempre escolhas subjetivas, diálogo interior consigo mesmo ou com um terceiro, com o qual fazem eco as dimensões cognitivas, axiológicas, ideológicas, têmicas etc., que emergem no dito e no dizer das percepções, e dão-lhes sua dimensão argumentativa.

REDAÇÃO DO ENEM

A redação do Enem é um gênero produzido em uma situação específica de exame (avaliação), mas que se apresenta como variação do clássico modelo de redação escolar (Cavalcante; Silva, 2023), historicamente produzido nas escolas brasileiras e requerido em concursos e vestibulares. Fernandes (2020) corrobora essa semelhança ao pontuar que, sobretudo do ponto de vista da estrutura, a redação do Enem reproduz a redação escolar, apesar de que, desde o início do exame, a prova de redação tenha sido anunciada como inovadora, tal como todo o Enem. Não obstante, trata-se sim de um novo gênero, que se origina de uma situação comunicativa específica (exame) dentro de um determinado contexto sócio-histórico-cultural. Inevitavelmente, mantém relações de familiaridade com gêneros que a precederam, como a redação escolar. Particularizam-na a obrigatoriedade de uma proposta de intervenção para o problema tratado no texto, a necessária explicitação do ponto de vista a ser defendido, a organização de um plano de texto em quatro blocos¹⁰.

¹⁰ Relativamente a esse aspecto, não se trata necessariamente de uma obrigatoriedade do texto do exame, mas, conforme pontuam Silva, Sá e Santos (2023) com base na análise de redações avaliadas com nota mil, o protótipo do gênero redação do Enem parece se caracterizar pela manutenção de um plano de texto fixo composto de quatro blocos textuais.

Conforme lembra Bakhtin (2003), uma situação comunicativa específica de um campo de atividade humana origina um novo gênero com características peculiares, que refletem em alguma medida as especificidades e finalidades desse campo não apenas em seu conteúdo temático, mas também em seu estilo de linguagem e, sobretudo, em sua construção composicional. No contexto do Enem, diversos constrangimentos colocados pela organização do exame dão contorno à redação como gênero do discurso. Em relação ao tema, a redação do Enem trata sempre de uma problemática social da atualidade, definida previamente a partir do recorte temático estabelecido e do conjunto de textos motivadores apresentados. O estilo deve guiar-se pela modalidade escrita formal da língua portuguesa, prezando pelo uso de linguagem clara, objetiva e direta. A estrutura composicional organiza-se em um plano de texto composto de introdução (apresentação da tese e do ponto de vista defendido), argumentação (geralmente, dois argumentos) e conclusão (proposta de intervenção), disposto numa extensão gráfica de, no máximo, 30 linhas.

Quanto ao aspecto pragmático, a redação do Enem busca aferir a competência comunicativa do participante, a sua capacidade de escrever um texto prototipicamente argumentativo adequado à norma-padrão da língua portuguesa e de problematizar uma questão social a partir de uma perspectiva particular (Cavalcante; Silva, 2023). Portanto, sua avaliação não recai apenas sobre a eficácia retórica dos argumentos selecionados para sustentarem a tese defendida, mas conta também a maneira como o participante constrói seu ponto de vista no e pelo texto, quer dizer, o manejo que faz da língua para inscrever no tecido textual uma posição relativa ao tema tratado, em função das restrições colocadas pela proposta de redação, pelos textos motivadores e pelo próprio gênero do discurso. Se, de um lado, o posicionamento do participante é predeterminado, de alguma forma, pelo regime enunciativo¹¹ que rege a prova de redação (Fernandes, 2020), de outro, depende da relação que o participante, enquanto L1/E1, estabelece com outros enunciadores com os quais dialoga no texto.

Ora, essa asserção reclama exatamente por uma concepção de argumentação mais alargada, nos contornos do que foi apresentado na seção anterior deste artigo, a partir de Amossy (2018) e de Rabatel (2016a). Assumi-la implica considerar que, mesmo constrangido pelas normas de funcionamento do exame, pela variável genérica (relativa ao tema, ao estilo, ao registro, enfim, pelo primado das obrigatoriedades), o participante, ao escrever a redação do Enem, enquanto L1/E1 do texto, é estrategista, no sentido de que o organiza de forma a inscrever seu ponto de vista, sua visão semiotizada a respeito do tema – mesmo que esta não coincida necessariamente com sua perspectiva de sujeito no mundo extratextual. De todo modo, sempre ocorre uma tomada de posição que torna a produção textual uma experiência singular com a linguagem, que projeta o participante como sujeito que, ao se apropriar da língua, maneja-a de maneira singular (Benveniste, 2006), que, enquanto enuncia, produz sentido e se constrói como L1/E1 no e pelo texto, na relação com as demais instâncias com que dialoga.

¹¹ Para essa autora, a noção de regime enunciativo refere-se ao conjunto de coerções implícitas e explícitas que delimitam o processo de escrita na prova de redação do Enem.

ANÁLISE DOS DADOS

O *corpus* de análise deste artigo é constituído de uma redação do Enem avaliada com nota mil, produzida na edição do exame do ano de 2022, cuja temática tratava dos desafios para a valorização das comunidades e povos tradicionais do Brasil. Tal redação foi publicada na *Cartilha do Participante – edição 2023*, documento norteador elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia do Ministério da Educação do Brasil (MEC) responsável pela prova do Enem. A redação coletada organiza-se em um plano de texto composto de quatro blocos textuais, respectivamente correspondentes aos quatro parágrafos em que se organiza o texto. No Quadro 1, ilustra-se essa configuração a fim de dimensionar a composição da redação e a sua adequação aos constrangimentos do gênero do discurso a que pertence o texto, para proceder com a análise do funcionamento enunciativo dos pontos de vista, notadamente no que refere às posturas enunciativas.

Bloco I	Introdução do tema + apresentação do ponto de vista	Na música “Imagine”, de John Lennon, é retratada uma sociedade que se une, apesar das diferenças culturais, a fim de alcançar a felicidade. Assim como na obra, fora da canção, a harmonia social é imprescindível para o desenvolvimento de uma nação. Contudo, no Brasil, desafios como a negligência estatal, somada à presença de um ideário colonial no pensamento coletivo, prejudicam a valorização das comunidades e dos povos tradicionais, impedindo a concretização dessa união. Desse modo, torna-se fundamental a atuação do Estado para solucionar esse óbice.
Bloco II	Desenvolvimento da argumentação I: a falta de interesse político em assegurar o respeito à cultura de populações tradicionais	Diante disso, é válido analisar, primeiramente, a improficuidade estatal perante o cumprimento dos benefícios normativos. Nesse sentido, segundo a Constituição Federal de 1988, todo cidadão brasileiro possui o direito à educação, cabendo ao Estado a sua efetivação no corpo social. Todavia, percebe-se, na realidade, que esse preceito não é difundido por completo, haja vista que, em virtude da escassa mobilização governamental referente à promoção de campanhas educacionais sobre as distintas comunidades tradicionais que residem no Brasil, diversas pessoas desconhecem a importância desses povos para a nação, a exemplo da utilização do conhecimento indígena para a preservação das florestas nativas, o que contribui para a desvalorização dessa população na atualidade. Logo, conclui-se que as autoridades públicas devem promover ações sensibilizadoras para reverter essa conjuntura.

(continua)

Bloco III	Desenvolvimento da argumentação ² : o preconceito dificulta a visibilidade de populações tradicionais	Ademais, é imperioso postular como a perpetuação de um pensamento retrógrado afeta a sociedade tradicional. Nesse contexto, durante a colonização do Brasil, houve um processo de imposição da cultura eurocêntrica dos colonos nas comunidades colonizadas, ocasionando uma desvalorização dos povos tradicionais. Tendo isso em vista, observa-se, na contemporaneidade, a existência desse fenômeno, dado que persiste a exaltação de uma cultura globalizada em detrimento dos costumes das comunidades originárias, o que gera, por consequência, o apagamento de diversos hábitos tradicionais, como a mudança da vestimenta utilizada por algumas tribos indígenas, destacando a adaptação à cultura hegemônica. Dessa forma, faz-se essencial a criação de projetos governamentais que combatam esse pensamento antigo.
Bloco IV	Reapresentação da tese + proposta de intervenção	Evidencia-se, portanto, que atitudes são necessárias, com o fito de extinguir os desafios para valorização das comunidades e dos povos tradicionais no Brasil. Posto isso, o Estado deve, por meio do Ministério da Educação – órgão federal detentor do papel educacional da nação –, realizar parcerias com os meios de comunicação existentes, a exemplo dos canais televisivos, com a finalidade de divulgar informações acerca da importância das distintas populações que residem no país, elucidando os brasileiros e eliminando a mentalidade colonial da sociedade. Somente assim, diferentes povos serão valorizados e a harmonia cantada por Lennon se concretizará no Brasil.

Quadro 1 – Plano de texto de redação nota mil

No primeiro bloco, antes mesmo de inserir o seu ponto de vista, L1/E1 introduz o ponto de vista de um l2/e2, John Lennon, para estabelecer uma correlação entre harmonia (o que implica o respeito às diferenças) e felicidade, e, dessa maneira, criar um nicho que permita a inscrição de um ponto de vista próprio: a harmonia à qual aspira a sociedade brasileira como ideal de felicidade é desafiada pela negligência estatal com os povos e as comunidades tradicionais, complicada por um ideário colonial coletivo. Esse é o ponto de vista de L1/E1, que corresponde à tese defendida no texto e pela qual argumenta para demonstrar-se suficientemente persuasivo ao interlocutor. Nele, há, pelo menos, outros dois pontos de vista implicados: o ponto de vista do Inep (e3), materializado no comando da proposta de redação e retomado no ponto de vista de L1/E1; e o ponto de vista difuso de um enunciador coletivo (e4), representado pelo imaginário colonial que impera ainda no Brasil. Nesses dois casos, não há, na gestão dos pontos de vista, um locutor recuperado, mas sim instâncias enunciativas a quem se atribui a responsabilidade pelos pontos de vista inscritos.

Nesse ponto, convém destacar a maneira como L1/E1 hierarquiza esses pontos de vista considerando o seu projeto argumentativo. Começar o texto com a inserção do ponto de vista l2/e2 é uma estratégia retoricamente eficaz para contextualizar a temática tratada na redação, o que é tipificado pelo próprio gênero

do discurso. Nesse sentido, ainda que se defina claramente um l2/e2 enquanto instância enunciativa responsável pelo conteúdo proposicional, o que é assinado pelas marcas do discurso citado na paráfrase – o grupo preposicional que introduz o texto e as aspas –, o ponto de vista é partilhado também por L1/E1, que assume uma postura de coenunciação. Repare-se que a perspectiva de l2/e2 é imediatamente retomada e validada por L1/E1 no segmento posterior para sugerir que a busca por harmonia e felicidade depende da união em um contexto social de pluralidade cultural. Percebe-se a embreagem de L1/E1 pelo contorno subjetivante do adjetivo “imprescindível”, empregado para caracterizar a relação entre harmonia social e desenvolvimento de uma nação. Lê-se, também, a coenunciação pelo encadeamento lógico-argumentativo operado por meio da expressão “assim como”, que estabelece relação de concordância via comparação entre os enunciadores.

Contudo, conforme adverte o próprio Rabatel (2016b), considerando que o acordo entre pontos de vista tende a ser sempre limitado, geralmente uma coenunciação é seguida por uma sub ou uma sobre-enunciação, porque o desacordo é inerente à própria dinâmica argumentativa. Nesse caso, ao inscrever o seu próprio ponto de vista, a tese da redação, L1/E1 estabelece uma postura de sobre-enunciação, já que reformula o ponto de vista coenunciado anteriormente em favor da orientação argumentativa pretendida para o texto, isto é, pela ideia de que a negligência do Estado e o ideário colonial que impera no Brasil são desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais, o que impede a concretização de uma harmonia social crucial para a felicidade. Na sintaxe, é, sobretudo, o conector “contudo” que opera a modificação do domínio de pertinência do conteúdo e permite que o ponto de vista de L1/E1 sobressaia em relação ao ponto de vista anterior, coenunciado com l2/e2. Logo, o ponto de vista de L1/E1 ocupa uma postura dominante no plano de texto da redação, já que constitui a própria tese, a referência temática essencial para os desdobramentos da argumentação do texto.

A perspectiva de e3, o próprio Inep, ainda que não necessariamente explicitada na sintaxe textual, é implicada no ponto de vista dominante de L1/E1. Fernandes (2020) explica essa relação a partir da justificativa de que o posicionamento de L1/E1 sempre se inscreve nos limites do regime enunciativo instituído na e pela prova do Enem. No caso desse texto, o ponto de vista se sustenta exatamente na asserção colocada pelo tema da prova de redação de que há desafios para a visibilidade das comunidades e dos povos tradicionais no Brasil. Logo, nesse primeiro bloco do texto, o ponto de vista de L1/E1, ainda que dominante, é vinculante ao ponto de vista do Inep (e3), considerando o recorte temático que faz, no sentido de estabelecer dois desafios para o enfrentamento do problema colocado pela prova de redação. Com efeito, o ponto de vista de L1/E1, ou seja, a tese da redação, é, de alguma forma, também coenunciado pelo Inep. Tal postura parece ser, nesse contorno, uma imposição do próprio gênero, já que não se admite que o participante adote uma posição contrária à orientação colocada pelo tema.

Relativamente a esse aspecto, Rezende (2014) observou que a argumentação do texto da redação do Enem nota mil, sobretudo nas propostas de intervenção, não parece ser autônoma, no sentido de que é sempre moldada pelos discursos que as instituições querem ouvir, de forma que o participante escreve como que obedecendo a uma ordem discursiva que determina o que pode e o que deve ser

dito na redação. A esse respeito, Lima (2017) também destacou que, ao ser condicionado a adotar perspectivas que estão já presentes no comando da proposta de redação, enquanto estratégia bem-sucedida para escrever um texto adequado ao gênero, o participante coloca-se como em uma situação de dependência do direcionamento previsto pelo exame. Até que ponto a sua autonomia, autoria e originalidade do texto são cerceadas é uma questão pedagógica para a qual devem a escola e as instituições se voltar.

Em todo caso, até aqui, o que parece ser possível afirmar é que, relativamente ao ponto de vista do Inep expresso no comando da prova de redação do Enem – no texto em análise identificado como e3 – e ao ponto de vista principal de L1/E1, isto é, a tese da redação, é imperativo adotar uma postura de coenunção. Na redação analisada, por um lado, isso se faz como estratégia argumentativa para a apresentação da tese logo no primeiro bloco do texto, considerando sua vinculação e coerência ao tema proposto. Por outro lado, trata-se mesmo de um condicionamento do próprio gênero, ao não admitir que posicionamentos divergentes da perspectiva apresentada no comando da prova de redação possam ser adotados. Ainda que a coenunção corresponda nesse ponto a um constrangimento do gênero do discurso, isso não quer dizer que outros tipos de posturas não possam aparecer no texto, como tem sido demonstrado nesta análise.

O ponto de vista de e4 é convocado no discurso de L1/E1 apenas para remeter a uma posição da qual ele busca se afastar. Para L1/E1, é exatamente em função do ideal colonial vigente no pensamento coletivo brasileiro que a valorização das comunidades e dos povos tradicionais é dificultada. Tal ponto de vista é retomado e detalhado no bloco terceiro do texto, quando L1/E1 recategoriza-o como “retrógrado”. Esse adjetivo sinaliza o afastamento de L1/E1 ante esse ponto de vista, referenciado como “um processo de imposição da cultura eurocêntrica dos colonos nas comunidades colonizadas”, e que implica a desvalorização dos povos tradicionais. Com esse contorno, L1/E1 reformula o ponto de vista de e4 considerando a orientação argumentativa de seu texto, isto é, usa-o como argumento para justificar os desafios enfrentados para a visibilidade dos povos e das comunidades tradicionais do Brasil. Portanto, hierarquiza aqui esses pontos de vista a partir de uma postura de sobre-enunção, caracterizada, como define Rabatel (2016b), por essa concordância-discordante, no sentido de que o ponto de vista é ressignificado em favor do domínio de pertinência do conteúdo proposicional de L1/E1.

Aqui, seria muito forçoso dizer que se trata de um condicionamento do gênero do discurso. Esse arranjo reflete muito mais uma estratégia de persuasão mobilizada por L1/E1 para produzir um texto suficientemente argumentativo, capaz de demonstrar para o avaliador a sua competência enquanto produtor de texto do que necessariamente uma imposição do gênero redação. Tanto é que outro arranjo configuracional poderia ter sido escolhido por L1/E1 para apresentar e hierarquizar esses pontos de vista. Por exemplo, no segundo bloco do texto, ao recuperar o ponto de vista da Constituição Federal, 13/e3, para justificar o direito fundamental de todos à educação e a responsabilidade do Estado em garantir sua efetivação, L1/E1 hierarquiza tal ponto de vista a partir de uma postura de subenunção, não no sentido de negá-lo, mas de estabelecer em relação a ele uma discordância-concordante, isto é, ainda que reconheça a legalidade do direito, discorda que a sua efetivação tenha ocorrido. Assim, L1/E1 retoma o ponto de vista dominado por 13/e3, mas com precaução, marcando a sua ressalva,

conforme denota o operador argumentativo “todavia” e a locução adjetiva “não é difundido por completo”, presentes na proposição imediatamente seguinte.

Se, no segundo e terceiro blocos do plano de texto, L1/E1 mobiliza pontos de vista de outros enunciadores como forma de comprovar a eficiência e a credibilidade do argumento colocado, hierarquizando-os ora conforme condicionamentos do gênero, mas com certa autonomia para configurá-los estrategicamente, enquanto sujeito estrategista que é, no quarto e último bloco do texto, L1/E1 recupera o seu ponto de vista principal, apresentado logo no primeiro bloco, isto é, a sua tese, e acrescenta a perspectiva de que é preciso dar cabo aos desafios apontados para a valorização das comunidades e dos povos tradicionais no Brasil. Em termos enunciativos, tal estratégia reforça a orientação argumentativa do texto e confirma sua aderência ao tema do exame e a coerência com o recorte temático estabelecido por L1/E1. Argumentativamente, constrói um nicho para dar lugar ao último movimento retórico do gênero, a proposta de intervenção articulada à discussão desenvolvida no texto, e que respeite os direitos humanos.

Com efeito, tal proposta constitui um outro ponto de vista de L1/E1, nesse caso, o de que o Estado brasileiro, por meio do MEC, deve realizar parcerias com meios de comunicação existentes para divulgar informações sobre a importância das diversas populações que residem no Brasil, elucidando a importância do assunto aos brasileiros, a fim de eliminar a mentalidade colonial. Tal ponto de vista foi prenunciado nas proposições que marcam o fechamento do segundo e terceiro blocos do texto, agora explicitado com o detalhamento típico de propostas de intervenção, configurando assim a coerência interna do texto. Além disso, na última proposição da redação, L1/E1 recupera o ponto de vista coenunciado com I2/e2, para fazer demonstrar a produtividade de seu repertório sociocultural e a eficiente articulação das informações apresentadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, percebemos que a redação do Enem avaliada com nota mil caracteriza-se como sendo uma produção textual monogerida, conduzida por L1/E1, cujo ponto de vista principal, quer dizer, sua tese, constitui o posicionamento dominante no plano textual, donde se desdobram as demais informações. Todavia, a negociação de sentidos se estabelece com diversos outros pontos de vista (instâncias enunciativas) e/ou locutores convocados ao longo do texto, enquanto estratégia persuasiva para construir um repertório sociocultural de conhecimentos legitimados, pertinentes e produtivos ao tema e à perspectiva de abordagem recortada por L1/E. No exemplar de texto apreciado, tem destaque o diálogo intertextual estabelecido com diversas áreas de conhecimentos ou disciplinas escolares, como a cultura, a sociologia, a economia, a história, a cultura e a legislação nacional. Além disso, evidenciou-se a vinculação da orientação do texto ao ponto de vista colocado pelo próprio Inep no comando da prova de redação do Enem.

Esses pontos de vista são hierarquizados por L1/E1 a partir de distintas posturas. Ele convoca, sobretudo, enunciadores com os quais compartilha a responsabilidade pelo dizer, coenunciando pontos de vista vinculados ao conteúdo proposicional de sua tese, o ponto de vista principal. É o que ocorre, em alguns momentos, com I2/e2 e sempre com e3. Nesse último caso, a postura de

coenunciação é, na verdade, um constrangimento do gênero, já que, caso optasse por tratar o tema a partir de uma abordagem contrária a e3, isto é, negar a existência de desafios para a visibilidade das comunidades e dos povos tradicionais do Brasil, o participante não seria bem-sucedido em seu texto. A assunção dessa postura está implicada no próprio contrato comunicativo (Charaudeau, 2012), com o qual deve concordar o participante ao fazer sua inscrição no exame.

A esse respeito, se, por um lado, como esclareceu Rabatel (2016b), não é possível estabelecer um elo automático entre gênero e postura, por outro, cabe fazer a ressalva de que, a depender do gênero e do contrato comunicativo estabelecido, em certos pontos do texto, não é possível contornar o primado das obrigatoriedades genéricas. O gênero determina não só o estilo, o tema, a forma composicional. Suas restrições podem alcançar também a gestão dos pontos de vista, mas nunca condicionando-a em um todo. Tudo isso pode se relacionar com o relativo grau de estabilidade dos gêneros de que tratou a abordagem do Círculo de Bakhtin. Logo, em gêneros menos institucionalizados, há maior facilidade em contornar certas obrigatoriedades relativas à hierarquização dos pontos de vista; em outros, como na redação do Enem, escapar a certas restrições pode implicar a recepção do texto pelo interlocutor e a adequação ao próprio gênero.

Porém, nunca se trata de um elo automático. Primeiro porque não há apenas um ponto de vista no texto, ainda que a perspectiva de L1/E1 seja dominante. Depois, como a análise demonstrou, diferentes posturas podem ser percebidas no texto da redação. Em todo caso, seja quando atende a restrições do gênero quanto à concordância com o ponto de vista do Inep enquanto enunciador, seja quando adota postura de subenunciação ou superenunciação em relação a perspectivas de outros enunciadores, L1/E sempre o faz de modo estratégico, considerando os objetivos enunciativo-argumentativos que almeja alcançar. Trata-se da “primazia do sujeito reflexivo no quadro do primado dos gêneros” (Rabatel, 2016b, p. 6), um sujeito que, mesmo constrangido por diferentes variáveis, é capaz de pensar e fazer escolhas de modo relativamente consciente, isto é, ao apropriar-se dos esquemas da língua a partir de suas regularidades apreendidas nas interações de que participa, reflete sobre elas e configura seus posicionamentos em relação ao outro em conformidade com seus objetivos comunicativos.

POINT OF VIEW AND ENUNCIATIVE POSTURES IN ENEM ESSAYS

Abstract: This article analyzes which enunciative postures are activated by the Enem participant in the hierarchy of points of view mobilized in the text of the essay evaluated with a thousand marks and to what extent they are related to constraints of the speech genre. To this end, it is based on the theoretical apparatus of textual linguistics currently practiced in Brazil (Cavalcante, 2012, 2016; Cavalcante et al., 2020, 2022) in interface with the enunciative and interactionist perspective from the point of view of Rabatel (2015, 2016a, 2016b, 2021). The results indicate that the points of view are hierarchized based on different positions and that, at certain points in the text, it is not possible to circumvent the primacy of generic obligations.

Keywords: Point of view. Enunciative postures. Speech genres. Text. Enem writing.

REFERÊNCIAS

- ADAM, J-M. *A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- AMOSSY, R. *A argumentação no discurso*. São Paulo: Contexto, 2018.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- CAVALCANTE, F. M. L.; SILVA, A. A. A. Redação do Enem: um estado do conhecimento. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, v. 23, n. 2, p. 51-70, out. 2023.
- CAVALCANTE, M. M. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CAVALCANTE, M. M. Abordagens da argumentação nos estudos de linguística textual. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 14, p. 106-124, 2016.
- CAVALCANTE, M. M. et al. *Linguística textual e argumentação*. Campinas: Pontes, 2020.
- CAVALCANTE, M. M. et al. *Linguística textual: conceitos e aplicações*. Campinas: Pontes, 2022.
- CHARAUDEAU, P. O contrato de comunicação na sala de aula. Tradução Cristian Nicolas Gouraud. *Inter-Ação*, Goiânia, v. 37, n. 1, p. 1-14, jan./jun. 2012.
- CORTEZ, S. L. *A construção textual-discursiva do ponto de vista: vozes, referência e formas nominais*. 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- CUSTÓDIO-FILHO, V.; CAVALCANTE, M. M. Ponto de vista em linguística textual: efeitos argumentativos e aplicações no ensino de língua portuguesa. *Ensin@UFMS*, v. 4, n. 8, p. 379-403, 2023.
- FERNANDES, L. A. M. L. *O funcionamento enunciativo da argumentação: a prova de redação do Enem*. 2020. 196 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.
- LIMA, L. M. A. *A proposta de redação do Enem e a apropriação do discurso de outrem nos textos dos candidatos*. 92 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- MARCUSCHI, L. A. *Linguística textual: o que é e como se faz*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- RABATEL, A. *Argumenter en racontant: (re)lire et(ré) écrire les textes littéraires*. Bruxelles: De Boeck, 2004.
- RABATEL, A. Le point de vue, une catégorie transversale. *Le Français Aujourd'hui*, n. 151, p. 57-68, 2005.
- RABATEL, A. Schémas, techniques argumentatives de justification et figures de l'auteur (théoricien et/ou vulgarisateur). *Revue d'Anthropologie des Connaissances*, v. 4, n. 3, p. 505-525, mars 2010.
- RABATEL, A. O papel do enunciador na construção interacional dos pontos de vista. In: WANDER, E. (org.). *A construção da opinião na mídia*. Tradução Wander Emeditato. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Núcleo de Análise do Discurso, 2013. p. 19-66.

RABATEL, A. Postures énonciatives, variable générique et stratégies de positionnement. In: ANGERMULLER, J.; PHILIPPE, G. *Analyse du discours et dispositifs d'énonciation: autour des travaux de Dominique Maingueneau*. Limoges: Lambert-Lucas, 2015. p. 125-135.

RABATEL, A. *Homo Narrans: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa*. São Paulo: Cortez, 2016a.

RABATEL, A. Os desafios das posturas enunciativas e de sua utilização em didática. Tradução Weslin de Jesus Santos Castro. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 12, p. 191-233, jul./dez. 2016b.

RABATEL, A. Les stratégies émotives d'un repentir public offensif. In: RABATEL, A. *Pour une lecture linguistique et critique des medias: empathie, éthique et point(s) de vue*. Limoges: Lambert-Lucas, 2017.

RABATEL, A. *Homo Narrans: por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa*. Natal: Editora da UFRN, 2021. v. 2.

REZENDE, C. A. P. *Uma análise discursiva sobre os direitos humanos nas redações do Enem*. 74 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Franca, Franca, 2014.

SILVA, A. A.; SÁ, K. B.; SANTOS, S. A. Plano de texto e organização tópica em redação do Enem: pontuando contribuições para o ensino de produção textual. *Revista da Anpoll*, v. 54, n. 1, p. 1-14, 2023.